



JORNAL OFICIAL

Sexta-feira, 15 de novembro de 2019



Série

Número 194

3.º Suplemento

Sumário

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL

Despacho conjunto n.º 156/2019

Nomeia, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o Capitão da Força Aérea, José António Oliveira Dias, e o licenciado em Engenharia Civil, José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco, nos cargos de Presidente e Vogal, respetivamente, do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM.

SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Aviso n.º 640/2019

Abertura de concurso interno de acesso limitado, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Jornal Oficial*, para preenchimento de 3 lugares vagos na categoria de Inspetor Adjunto Especialista, da carreira especial ainda não revista, de Inspetor Adjunto do Trabalho.

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E
SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO
CIVIL**

Despacho conjunto n.º 156/2019

Considerando que o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM (SRPC, IP-RAM), integra a administração indireta da Região Autónoma da Madeira, no âmbito da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil;

Considerando que o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 8/2010/M, de 26 de maio e 12/2013/M, de 25 de março, estipula que o Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, é composto por um Presidente, coadjuvado por um Vogal, equiparados para todos os efeitos legais, a diretor e subdiretor regionais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau, respetivamente;

Considerando que, nos termos do artigo 29.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/M, de 12 de novembro, diploma que estabelece os princípios e normas a que obedece a organização da administração direta e indireta da Região Autónoma da Madeira, na redação conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 42-A/2016/M, de 30 de dezembro, aos institutos públicos criados na Região Autónoma da Madeira é aplicável a Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que estabelece os princípios e as normas por que se regem os institutos públicos;

Considerando que, nos termos do artigo 32.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/M, de 12 de novembro, na redação conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 42-A/2016/M, de 30 de dezembro, aos membros do conselho diretivo dos institutos públicos da Região Autónoma da Madeira, são aplicáveis as regras de recrutamento e provimento dos cargos de direção superior da administração regional autónoma da Madeira, previstas no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho, diploma que adaptou à administração regional autónoma da Madeira a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local;

Considerando que os titulares de cargos de direção superior dos serviços da administração regional autónoma da Madeira são providos por despacho conjunto do Presidente do Governo Regional e do membro do Governo Regional competente, em comissão de serviço, mediante livre nomeação, pelo período de três anos, renováveis por iguais períodos;

Considerando que o XIII Governo Regional da Madeira tomou posse no dia 15 de outubro de 2019;

Considerando que as comissões de serviço dos membros do Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, mantidas, respetivamente, pelo Despacho Conjunto n.º 26/2017, de 25 de janeiro de 2017, publicado no JORAM, II Série, n.º 21, de 1 de fevereiro de 2017, e pelo Despacho Conjunto n.º 6/2017, de 29 de dezembro de 2016, publicado no JORAM, II Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2017, irão cessar;

Considerando que o Capitão da Força Aérea, José António Oliveira Dias, e o licenciado em Engenharia Civil, José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco, reúnem os requisitos legais exigidos e o perfil adequado, respetivamente, para o provimento do cargo de Presidente e Vogal do Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 8/2010/M, de 26 de maio e 12/2013/M, de 25 de março, do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho, e dos artigos 29.º e 32.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/M, de 12 de novembro, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 24/2012/M, de 30 de agosto, 2/2013/M, de 2 de janeiro e 42-A/2016/M, de 30 de dezembro, determina-se o seguinte:

1 - Nomear, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o Capitão da Força Aérea, José António Oliveira Dias, e o licenciado em Engenharia Civil, José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco, nos cargos de Presidente e Vogal, respetivamente, do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, cujas notas curriculares constam em Anexo ao presente despacho conjunto e que dele fazem parte integrante.

2 - A presente nomeação produz efeitos na data da assinatura do presente despacho.

A despesa com a presente nomeação tem dotação no orçamento privativo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM.

Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, no Funchal, aos 15 dias do mês de novembro de 2019.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque

O SECRETÁRIO REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL, Pedro Miguel de Câmara Ramos

Anexo do Despacho conjunto n.º 156/2019,
de 15 de novembro

NOTA CURRICULAR

Dados Pessoais

Nome: José António Oliveira Dias
Data de nascimento: 1 de dezembro de 1965
Naturalidade: Tortosendo, Covilhã - Portugal
Estado civil: casado

Habilitações Literárias:

- Licenciatura em Enfermagem, em 2003 - Escola do Serviço de Saúde Militar - Lisboa;
- Inscrito na Ordem dos Enfermeiros, sendo portador da Cédula Profissional n.º 5 - E - 07963;

Educação pós-graduada:

- Curso de Suporte Básico de Vida, INEM, 1995;
- Curso de Técnicas de Emergência Médica para Enfermeiros da Força Aérea Portuguesa (FAP), INEM, 1996;
- Curso de Técnicas de Emergência Médica para Unidades de Saúde, INEM, 1999;
- Curso de Avaliação e Desempenho para Enfermeiros Chefes de equipa, 2000, Centro de Formação do Hospital de São Francisco Xavier;

- Curso de Fisiologia de Voo e Segurança em Heliportos, INEM, 2000;
- Curso de Fisiologia de Voo, Centro de Medicina Aeronáutica da FAP, 2001;
- Curso de Suporte Avançado de Vida (Alento), INEM, 2002;
- Curso de Condução Avançada de Veículos Prioritários, PSP - Corpo de Segurança Pessoal, 2003;
- Curso de Formação em Evacuações Aeromédicas, FAP, 2005;
- Estágio Técnico - Militar de Promoção ao Quadro de Oficiais da Força Aérea Portuguesa, ano letivo 2005-2006;
- Instrutor em Evacuações Aeromédicas, FAP, 2006;
- Curso Básico de Comando, FAP, 2008;
- Coordenador dos Estágios em Evacuações Aeromédicas BA N.º 6, FAP, 2009;

Condecorações / Louvores:

- Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar;
- Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar;
- Medalha de Prata de Comportamento Exemplar;
- Louvor da Base Escola de Tropas Paraquedistas;
- Louvor do Hospital da Força Aérea;
- Louvor da Base Aérea N.º 6;
- Louvor Coletivo da Esquadra 751.

Experiência Profissional:

- Ingresso na Força Aérea Portuguesa em janeiro de 1984;
- Colocado na Base Escola de Tropas Paraquedistas em setembro de 1984, após conclusão do Curso de Socorrismo para Cabos Especialistas;
- Curso de Enfermagem Geral, na Escola de Serviço de Saúde Militar, 1989 a 1991, obtendo a classificação de 16 valores;
- Colocado no Hospital da Força Aérea em agosto de 1991, como Segundo-sargento Enfermeiro;
- Promoção a Primeiro-sargento Enfermeiro em 1994;
- Promoção a Oficial subalterno, com a patente de Tenente, em 2005;
- Enfermeiro Chefe do Serviço de Especialidades Cirúrgicas do Hospital da Força Aérea Portuguesa, desde 2006;
- Enfermeiro Chefe do Centro de Saúde da Base Aérea n.º 6, Montijo desde 2009;
- Promoção ao posto de Capitão, em 2009;
- Coordenador da Equipa de Evacuações Aeromédicas, FAP, 2009;
- Participação na coordenação e execução dos Exercícios com meios aéreos Real Thaw 2010 e 2012, na área da Saúde;
- Participação na coordenação e execução do Exercício com meios aéreos Hot Blade 2012, na área da Saúde.

Enfermeiro na sociedade civil:

- Enfermeiro na Unidade de Neurotrauma do Hospital Egas Moniz, entre 1991 a 1996;
- Enfermeiro do Serviço de Emergência do Hospital de São Francisco Xavier, de 1996 a 2002, onde desempenhou funções de chefe de equipa de 1998 a 2002;
- Enfermeiro do Bloco Operatório Central do Hospital de São Francisco Xavier, de 2002 a 2004, desempenhando igualmente as funções de Chefe de Equipa, onde foi responsável pela área da Ortopedia e Neurocirurgia;
- Enfermeiro tripulante da Viatura Médica de Emergência Reanimação do Hospital São Francisco Xavier, desde Outubro de 1998;
- Enfermeiro Orientador de Estágios de Integração de novos Operacionais Enfermeiros na Viatura Médica de Emergência e Reanimação do Hospital de São Francisco Xavier, desde 2005, onde o objetivo é orientar e supervisionar o novo elemento na condução em emergência médica, entre outras tarefas;

- Enfermeiro tripulante do Serviço de Helicópteros de Emergência Médica do Instituto Nacional de Emergência Médica, desde novembro 2002;
- Enfermeiro tripulante da Viatura Médica de Emergência Reanimação do Centro Hospitalar de Cascais, desde 2006;
- Enfermeiro Supervisor no Centro de Orientação de Doentes Urgentes de Lisboa e Vale do Tejo, desde outubro 2007 a 2009;
- Enfermeiro do Serviço de Acompanhamento a Altas Individualidades (V.I.P.'s), do Instituto Nacional de Emergência Médica, desde outubro de 2003;
- Participou em 2005 num exercício NRBQ no âmbito NATO, sob supervisão da OPCW, que se realizou na Ucrânia em julho de 2005.

Desempenho de Funções Públicas:

- Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, desde 12 de dezembro de 2012 até à data de 31 de dezembro de 2016;
- Elemento do grupo de trabalho MAMIP;
- Membro do Gabinete Coordenador de Segurança da Região Autónoma dos Açores;
- Membro da Comissão Nacional de Proteção Civil;
- Membro do Conselho Regional de Obras Públicas da Região Autónoma dos Açores;
- Membro do Projeto "React - Rede Euro Africana de Emergência Sanitária;
- Membro da Comissão de Acompanhamento do PO 2020 Açores;
- Presidente do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, desde 24 de janeiro de 2017, até à presente data;
- Membro da Comissão Nacional de Proteção Civil;
- Representante Suplente da Comissão Executiva responsável pelo Plano Regresso Nacional e da Região Autónoma da Madeira.

NOTA CURRICULAR

Dados Pessoais:

Nome: José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco
Data de nascimento: 12 de abril de 1967
Natural: Funchal
Estado civil: casado

Habilitações Literárias:

- Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, em 1990;

Experiência Profissional:

- Iniciou a sua atividade profissional em 1991, no Governo Regional da Madeira, na extinta Direção Regional de Saneamento Básico;
- Entre 1994 e 1997 foi engenheiro na ETERMAR - Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, sendo responsável pela direção de várias obras;
- Em 1997 exerceu funções de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Habitação da Madeira;
- Entre 2000 e 2005 foi adjunto do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, com a coordenação de várias pastas técnicas destacando-se nessa altura, a gestão dos projetos do Centro de Abate da Madeira e do Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar;
- Em 2005 é nomeado chefe do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, lugar que ocupou até 2015;
- De maio de 2015 até finais de 2016 exerceu a sua atividade na empresa ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A. assumindo a coordenação do departamento de Fundos Comunitários;

- Em janeiro de 2017 é nomeado Vogal do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, mantendo-se até à presente data nessas funções;

- É membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, tendo sido eleito em fevereiro de 2019 Presidente do Conselho Diretivo da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Engenheiros, para o triénio 2019-2022, e por essa via integra o Conselho Diretivo Nacional;

- É perito avaliador de imóveis, certificado pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, CMVM;

- Na área do voluntariado ambiental e social é membro fundador da Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Madeira e pertenceu aos órgãos sociais da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal - Garota do Calhau e da Mão Solidária - Associação de Apoio à Distribuição Alimentar na RAM.

Formação Profissional Complementar:

- Frequência do curso de pós-graduação em Engenharia Sanitária da Universidade Nova de Lisboa (1992);

- Programa Avançado de Gestão para Executivos (PAGE) da Universidade Católica Portuguesa (1999);

- Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) do Instituto Nacional de Administração (2009);

- Curso de Avaliação de Imóveis da Escola Superior de Avaliações Imobiliárias (2014);

- Curso Intensivo de Segurança e Defesa Nacional do Instituto de Defesa Nacional (2015) e o Curso MRMI -

- Medical Response to Major Incidences (2017).

SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Aviso n.º 640/2019

- 1 - Nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de abril e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, faz-se público que, na sequência do despacho da Secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, de 30/07/2019, foi autorizada, a abertura de concurso interno de acesso limitado, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no JORAM, para preenchimento de 3 lugares vagos na categoria de Inspetor Adjunto Especialista, da carreira especial ainda não revista, de Inspetor Adjunto do Trabalho, constante do mapa anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/M, de 9 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2002/M, de 17 de setembro.
- 2- Legislação aplicável: Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de julho, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2007/M, de 12 de janeiro, Decreto-Lei 112/2001, de 6 de abril e Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/M, de 9 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2002/M, de 17 de setembro.
- 3- Requisitos de admissão a concurso:
 - 3.1. Gerais: Os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.
 - 3.2. Especiais: Possuam categoria de Inspetor Adjunto Principal com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de Muito

bom ou cinco anos classificados de Bom, em conformidade com a alínea b) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de abril.

- 4- Prazo de Validade: O concurso é válido apenas para o preenchimento dos lugares de acesso, caducando com o provimento de todos os candidatos aprovados.
- 5- A remuneração e local Trabalho: a remuneração é a correspondente a um dos escalões da categoria de Inspetor Adjunto Especialista, da carreira de Inspetor Adjunto do Trabalho, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de abril, situando-se o local de trabalho no concelho do Funchal, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública Regional.
6. Formalização de candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido a Sua Excelência a Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania e entregues pessoalmente nas instalações da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania - Núcleo de Recursos Humanos, das 09h30 às 12h00 e das 14h30 às 17h00, ou remetidos pelo correio, registado e com aviso de receção, dentro do prazo de candidaturas.
 - 6.1. Do requerimento devem constar obrigatoriamente, os seguintes elementos:
 - a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data de validade do cartão de cidadão, residência com indicação do código postal e número de telefone);
 - b) Identificação do concurso (mediante referência ao número e data do Jornal Oficial onde se encontra publicado o presente aviso de abertura);
 - c) Habilitações literárias e/ou qualificações profissionais;
 - d) Declaração do candidato, sob compromisso de honra, como reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso;
 - e) Vinculação orgânica (organismo a que pertence o candidato, sua categoria, carreira, vínculo e escalão);
 - f) Tempo de serviço efetivo na categoria, na carreira e na função pública;
 - g) Avaliação de desempenho dos ciclos avaliativos relevantes para admissão a concurso.
 - 6.2. O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado obrigatoriamente dos seguintes documentos:
 - a) Fotocópia do certificado comprovativo das habilitações literárias;
 - b) Declaração passada pelos serviços a que os candidatos se acham vinculados, autenticada com selo branco ou carimbo, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência do vínculo à função pública, a categoria que detêm e o tempo de serviço efetivo nessa categoria, na carreira e na função pública, bem como a menção das classificações de serviço obtidas nos anos relevantes para a promoção, em termos qualitativos e quantitativos;

- 6.3. Currículo profissional: detalhado, datado e assinado, do qual constem:
- Identificação completa e habilitações académicas;
 - Experiência profissional (com indicação do conjunto de tarefas, atividades e responsabilidades com mais interesse para o lugar a que se candidata, assim como, referenciando o período de exercício das mesmas);
 - Cursos de formação, seminários, conferências e colóquios que tenham frequentado (com indicação das datas em que foram realizados, tempo de duração dos mesmos e a entidade que os organizou).
 - Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito.
- 6.4. Fotocópias dos comprovativos de frequência dos cursos e ações de formação, caso as mesmas não constem do respetivo processo individual.
7. - Métodos de seleção: O método de seleção a utilizar no concurso será a Avaliação Curricular (AC).
- 7.1. Na avaliação Curricular serão utilizados os seguintes fatores de apreciação:
- Habilitação académica de base (AC) -
- Será ponderada a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
 - Formação Profissional (FP) - Serão ponderadas as ações de formação e aperfeiçoamento profissional, relacionadas com a área funcional dos lugares postos a concurso;
 - Experiência profissional (EP) - Em que se ponderará o desempenho efetivo de funções na área de atividade para que o concurso é aberto, devendo ser avaliada, designadamente, pela sua natureza e duração;
 - Classificação Serviço (CS) - Será ponderada através da sua expressão quantitativa até às centésimas, sem arredondamento, multiplicada por 2.
- 7.2. Na classificação e ponderação dos diferentes fatores, bem como na classificação final, utilizar-se-á uma escala de 0 a 20 valores.
- 7.3. A classificação final resultará da média aritmética simples das classificações obtidas pelo método de seleção referido, nos termos da expressão abaixo indicada, arredondada às centésimas, constando da ata da reunião do júri o sistema de classificação final, bem como os respetivos critérios de avaliação, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada:
- $$CF = \frac{HL + FP + EP + CS}{4}$$
8. - Em caso de igualdade de classificação final, a ordenação dos candidatos resultará da aplicação dos critérios de preferência previstos nos n.ºs 1 e 3 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 29 de julho.
9. - A relação dos candidatos admitidos ao concurso será afixada nas Instalações da Direção Regional do Trabalho e Ação Inspetiva, sita à Rua da Boa Viagem, n.º 36, 3.º andar, 9060-027 Funchal, depois do júri proceder à notificação dos candidatos excluídos, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de julho.
10. - A lista de classificação final será publicitada, nos termos do n.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de julho, depois do júri concluir a audição dos interessados, conforme estabelece o artigo 38.º do mesmo diploma.
11. - Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das respetivas declarações.
12. - Constituição do júri:
- Presidente:
- Dr.ª Sandra Maria Fernandes Gonçalves -
- Diretora de Serviços de Apoio à Ação Inspetiva;
- Vogais efetivos:
- Dr.ª Andreia Isabel Rodrigues Florença -
- Chefe de Divisão de Contraordenações Laborais, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;
 - Dr.ª Sara Patrícia Rodrigues Santos - Técnica Superior da Direção de Serviços de Assuntos Laborais da DRTAI;
- Vogais Suplentes:
- Dr.ª Albina Maria Maurício Jardim - Técnico Superior da Divisão de Contraordenações Laborais da DRTAI;
 - Dr.ª Sara Carolina Figueira Dias - Técnica Superior da Divisão de Contraordenações Laborais da DRTAI.
- Funchal, 12 de novembro de 2019.
- A CHEFE DO GABINETE, Rosária Isabel Pereira Correia Sardinha

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€15,91 cada	€15,91;
Duas laudas	€17,34 cada	€34,68;
Três laudas	€28,66 cada	€85,98;
Quatro laudas	€30,56 cada	€122,24;
Cinco laudas	€31,74 cada	€158,70;
Seis ou mais laudas	€38,56 cada	€231,36

EXEMPLAR

A estes valores acresce o imposto devido.

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série	€27,66	€13,75;
Duas Séries	€52,38	€26,28;
Três Séries.....	€63,78	€31,95;
Completa.....	€74,98	€37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
Departamento do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 1,83 (IVA incluído)